

Mídia cristã e ditadura civil-militar no Brasil: memória dos silenciamentos no Jornal *Expositor Cristão* da Igreja Metodista

Magali do Nascimento Cunha*
Marcelo Moreira Ramiro**

Resumo

Este artigo tem por objetivo investigar qual foi o papel do jornal *Expositor Cristão*, da Igreja Metodista, frente ao posicionamento político da denominação durante a ditadura civil-militar brasileira. O referencial teórico buscará o diálogo entre os estudos sobre mídias cristãs no Brasil com conceitos a respeito de memória e silenciamento. O trajeto para o alcance do objetivo tomará por base metodológica a pesquisa bibliográfica e a análise de discurso, tendo como corpus o referido jornal em edições publicadas em 1968. Esse recorte leva em consideração a importância histórica do período: trata-se do ano em que foi emitido o AI-5 (Ato Institucional Nº. 5) e também o ano do fechamento da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista pelos processos de repressão interna. Serão identificados os ditos e os não ditos das matérias publicadas pelo veículo no período em questão, relacionando os sentidos às conclusões da Comissão Nacional da Verdade acerca das violações de direitos humanos que envolveram metodistas durante o regime. Palavras-chave: Memória. Comunicação. Ditadura Civil-Militar. Silenciamento. Discurso.

* Doutora em Ciências da Comunicação (USP) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Religião da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – INTERCOM. E-mail: magali.ncunha@gmail.com

** Mestre em Comunicação Social. Especialista em Gestão Integrada em Comunicação e Marketing. Membro do Grupo de Pesquisa Mídia, Religião e Cultura (MIRE) e do Grupo de Pesquisa Estudos de Comunicação e Linguagem (COLING). E-mail: marcelomramiro@gmail.com

Christian media and civil-military dictatorship in Brazil: the silencing in the Methodist Church's Newspaper *Expositor Cristão*

Abstract

This article aims to investigate the role of *Expositor Cristão*, official newspaper of the Methodist Church in Brazil, in face of the political position of the denomination during the Brazilian civil-military dictatorship. The theoretical framework will seek the dialogue between studies on Christian media in Brazil with concepts about memory and silencing. The path to reach the objective will take as a methodological basis bibliographical research and discourse analysis, having as corpus the newspaper in editions published in 1968. This framework takes into account the historical importance of the period: this is the year in which the Institutional Act No. 5 (that established censorship in Brazil) was imposed and also the year of closure of the Faculty of Theology of the Methodist Church for the processes of internal repression. The pronounced and non-pronounced stories published by the vehicle in the period in question will be identified, relating the senses to the findings of the National Truth Commission on the human rights violations involving Methodists during the regime.

Key-words: Memory. Communication. Civil-Military Dictatorship. Silencing. Discourse.

Medios y dictadura civil militar en Brasil: memoria de los silenciamientos en el Periodico *Expositor Cristão de la Iglesia Metodista*

Resumen

Este artículo tiene por objetivo investigar cuál fue el papel del periodico *Expositor Cristiano* de la Iglesia Metodista de Brasil frente al posicionamiento político de la denominación durante la dictadura civil-militar brasileña. El referencial teórico buscará el diálogo entre los estudios sobre los medios cristianos en Brasil con conceptos sobre memoria y silenciamiento. El trayecto hacia el alcance del objetivo tomará por base metodológica la investigación bibliográfica y el análisis de discurso, teniendo como corpus el referido periódico en ediciones publicadas en 1968. Este recorte tiene en cuenta la importancia histórica del período: se trata del año en que se emitió Acto Institucional N° 5 (que estableció la censura en el país) y también el año del cierre de la Facultad de Teología de la Iglesia Metodista por los procesos de represión interna. Se identificarán los dichos y los no-dichos de las materias publicadas por el vehículo en el período en cuestión, relacionando los sentidos a las conclusiones de la Comisión Nacional de la Verdad sobre las violaciones de derechos humanos que involucraran a metodistas durante el régimen.

Palabras clave: Memoria. Comunicación. Dictadura Civil-Militar. Silenciamiento. Discurso.

Cristianismo e as mídias

O cristianismo tem uma relação estreita com a mídia. Desde os primórdios do movimento foram utilizados *meios* para o armazenamento e transmissão da mensagem: narrativas e orientações orais e escritas, cartas. No século XV, a prensa de tipos móveis de Gutemberg inaugurou um novo tempo de reprodução em massa do conteúdo, tendo a Bíblia como ponto de partida. Foi a primeira de uma série de revoluções midiáticas.¹

Com base na missão de alcançar o maior número de pessoas, os meios de comunicação social se tornaram veículos indispensáveis para grupos religiosos cristãos. A presença no rádio, TV e o uso da internet são cada vez mais frequentes, ocasionando adaptações constantes na mensagem.

Esse interesse estimulou que as igrejas criassem departamentos e comissões de comunicação e redigissem documentos orientadores. Criaram programas de rádio, construíram imprensas, buscaram acesso aos meios. Transmissão de cultos, missas, sermões, palavras pastorais eram o forte das programações. No lado católico-romano, a dimensão comunitária e do serviço ganhou espaço, devido à dimensão paroquial distinta da prática pastoral dos evangélicos, esta mais voltada para o interior da congregação e mais sectária.

Essa tendência tem explicações: a utilização da mídia, especialmente entre os evangélicos, foi um recurso para destacar a mensagem em meio à hegemonia dos católicos romanos. Leonildo Campos (2004, p. 148) afirma: “[...] os evangélicos precisaram criar, desde cedo, estratégias para ganhar adeptos e aumentar o seu rebanho na guerra contra outras modalidades de cristianismo, particularmente a católica”.

Isso torna possível compreender por que os primeiros missionários norte-americanos chegaram ao Brasil, em meados do século XIX, e logo publicaram jornais. A estratégia era ocupar espaços ainda não explorados para a divulgação de uma nova visão de mundo.

Uma das primeiras providências do missionário presbiteriano Ashbel G. Simonton foi fundar, em 1865, o jornal semanal *Imprensa Evangélica*, e os metodistas, no final do século, o *Cathólico Metodista*, que depois muda de nome para *O Expositor Cristão*. A distribuição de livros entre os protestantes foi tão intensa que, no final do século XIX, já circulavam no Brasil jornais dos presbiterianos, batistas, metodistas e de outros grupos religiosos (CAMPOS, 2004, p. 148).

¹ Mais sobre revoluções midiáticas em NETO; GUIMARÃES; ASSIS, 2012, p. 82-84.

Se até os anos 1990 a presença de grupos cristãos na mídia no Brasil privilegiava as publicações impressas, avançava no rádio, e era tímida em relação à TV e outras mídias eletrônicas, desse período em diante esse quadro sofre significativa alteração. Na virada para o século XXI, enquanto grupos católicos investiam em maior presença na TV e nas mídias digitais, pastores e líderes evangélicos, primordialmente do ramo pentecostal, tornavam-se empresários de mídia e detentores, do que se poderia chamar, “verdadeiros impérios” no campo da comunicação, buscando competir até mesmo com empresas não religiosas historicamente consolidadas (caso das Igrejas Universal do Reino de Deus, Renascer em Cristo e Internacional da Graça de Deus). A ponto de alguns desses grupos religiosos (os já citados e outros) já nascerem midiáticos – isto é, a interação com as mídias serem parte da sua própria razão de ser.

Nesse quadro, não se pode desprezar um fenômeno mais recente e instigante: a popularização das mídias digitais nesse processo. A dimensão da participação e da transformação dos receptores em emissores, por meio de processos de interação possibilitados pelas novas mídias, especialmente, pela internet, mudou radicalmente o quadro da relação igrejas-mídias. É desafio a ser respondido enumerar todas as páginas na internet ligadas a grupos cristãos, listadas pelos mecanismos de busca na rede: elas são milhares e a relação inclui desde as institucionais, de todas as denominações cristãs, passando pelas mais artesanais, montadas por grupos de igrejas, até as mais sofisticadas e mais acessadas pertencentes a grupos musicais ou grupos de mídia.

Tendo em vista toda essa trajetória, a este estudo interessa abordar um fragmento dela, componente da intensa dinâmica cultural religiosa que envolve a relação das igrejas com as mídias no Brasil: a memória de uma mídia religiosa impressa, o jornal *Expositor Cristão* da Igreja Metodista. Particularmente, a pesquisa volta-se para a atuação dessa mídia em um período marcante na história do país, a ditadura civil-militar. O objetivo é investigar qual foi o papel do jornal *Expositor Cristão*, da Igreja Metodista, frente ao posicionamento político da denominação durante a ditadura civil-militar brasileira.

Para isso, nas seções a seguir, serão apresentadas as bases que orientam o estudo, em torno das temáticas da memória e do silenciamento. Em seguida, por meio da análise de discurso, tendo como corpus o referido jornal em edições publicadas em 1968 (ano em que foi emitido o Ato Institucional N°. 5 e em que foi fechada a Faculdade de Teologia da Igreja Metodista pelos processos de repressão interna), serão identificados os ditos e os não ditos das matérias publicadas pelo veículo no período em questão, relacionando os

sentidos às conclusões da Comissão Nacional da Verdade sobre as violações de direitos humanos que envolveram metodistas durante o regime.

Memória coletiva

Atentar para a abrangência do conceito de memória é um ponto de partida importante para evitar a compreensão que limita a noção apenas ao âmbito individual. Maurice Halbwachs reforça a importância desse conceito ao afirmar que o indivíduo nunca está só e, por isso, sempre será lembrado a partir da relação com o outro.

...nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós (HALBWACHS, 1990, p. 26).

A memória é construída a partir da interseção entre o individual e o coletivo, com elementos do passado e do presente. Assim como a identidade se forma a partir das relações com o outro, a memória caracteriza-se por sofrer influência do meio social. Dessa forma, não existe uma lembrança pura, pois está permeada com experiências do presente que influenciam diretamente na forma como e por que essa lembrança será evocada.

Desse modo, é possível compreender por que a memória não está relacionada a um esforço eminentemente subjetivo, mas também ao coletivo e social. Para Halbwachs (1990, p. 77), cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva e “este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.

A relação do indivíduo com a memória reforça o que Halbwachs chama de “comunidade afetiva”, marcada pela coesão social entre pessoas que partilham dos mesmos traços afetivos. Assim, a construção da identidade por meio da memória é um instrumento que mantém a ordem e delimita os excessos do grupo.

Michael Pollak, entretanto, aponta que há um problema na uniformização proporcionada pela memória coletiva:

...ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

A memória não está fixa no passado. Ela se ressignifica no presente por meio de diversos filtros instalados nas interações sociais. Inegável, no entanto, é a importância das lembranças do passado que são evocadas por causa da relação com o outro no presente. O gatilho da memória se dá a partir do vínculo atual do indivíduo com o meio em que está inserido. Há uma relação de estreita dependência entre memória e identidade, uma vez que são construídas e ativadas no sistema social.

Cornelius Castoriadis (1995) argumenta que a identidade é construída com base nas lembranças, que permitem respostas às perguntas fundantes: Quem somos nós? O que queremos, o que desejamos, o que nos falta? Por meio do fazer social, essas respostas vão sendo construídas com base nas imagens que os indivíduos têm do mundo. A relação com as imagens do passado é de extrema significação para a consolidação do presente.

Os questionamentos sobre memória perpassam a formação identitária do ser humano. Por meio da memória, o indivíduo se torna quem é e estabelece vínculos entre o passado, presente e futuro. A ponte que possibilita tal construção não pode ser “pura” em si mesma, mas fornece um caminho essencial para o estabelecimento da ordem e do equilíbrio social.

A memória em cada pessoa é construída em contato com a memória coletiva estabelecida nos grupos de transmissão como a igreja, escola, família e a sociedade em geral. No entanto, a construção é marcada por desvios intencionais ocasionados por rupturas na História. São os vazios nas lembranças geradores de silêncios e distanciamento.

“Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais”, provoca Pierre Nora (1984, p. 7). De fato, as lembranças do passado são ressignificadas a partir dos sentidos da contemporaneidade. Isso porque o conteúdo da memória coletiva está permeado de interesses dominantes, marginalizando memórias individuais.

Os processos ideológicos cercam as relações sociais e maculam os sentidos discursivos. Ao ser afetada, a memória interfere diretamente na formação da identidade do indivíduo e alimenta um círculo permanente que envolve dominação e poder. Daí os silenciamentos.

Discurso e silenciamento

Para Michel Pêcheux² a análise de discurso não trata somente da linguagem, mas também de enunciações históricas, sociais e ideológicas. Pêcheux analisa

² Michel Pêcheux, filósofo francês que deu início à Análise de Discurso na França, foi o fundador dos estudos que discutem sobre como a linguagem está materializada na ideologia e como se manifesta na linguagem, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia (ORLANDI, 2005).

o discurso como lugar de contato entre língua e ideologia. Ou seja, trabalha a materialidade de linguagem considerando a subjetividade e os sentidos discursivos da enunciação (ORLANDI, 1997).

Dessa forma, a análise leva em conta o processo dialógico sociodiscursivo para a construção de sentidos. Ampliar a abordagem para além dos aspectos linguísticos abre caminho para a construção de outros discursos, tendo como referência o contexto e o lugar do debate. Um discurso é sempre pronunciado a partir das dadas condições de produção (ORLANDI, 1997).

É possível afirmar que o dizer tem relação com o não dizer e vice-versa. Levando em consideração essa premissa, ao redor de um discurso há uma série de outros discursos a serem analisados a partir do não dito, que recebem significados conforme a orientação contextual, a ideologia e a formação discursiva.

Nesse sentido, na análise de discurso há outra forma de estudar o não dito, que é a expressão contida no silêncio. “Silêncio que atravessa as palavras, que existe entre elas, ou que indica que o sentido pode ser sempre outro, ou ainda que aquilo que é o mais importante nunca se diz, todos esses modos (...) do silêncio nos levam a colocar que o silêncio é fundante”, afirma Orlandi (1997, p. 14).

O silêncio é dotado de sentido. Para a sua compreensão, é preciso lançar mão de todo o aporte histórico, social e ideológico a partir da configuração da linguagem. O silêncio na narrativa, portanto, não esconde o discurso, ao contrário, é seu componente. Aspectos do não dito devem ser analisados pois expressam significados e remetem a outros discursos. Considerar tais aspectos constitui-se em um caminho importante na análise de discurso, uma vez que o silêncio pode ser encontrado tanto em um discurso explicitado como em um discurso reprimido.

Orlandi (1997) afirma que a significação do silêncio “é o real do discurso”. O real não necessariamente se traduz em linguagem. Dessa forma, o silêncio deve ser entendido como sentido significante, que não possui natureza verbal ou não verbal. “O silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras” (ORLANDI, 1997, p. 39).

Há duas formas de silêncio: fundante e política (silenciamento). A primeira indica que o silêncio é o princípio de toda significação, pois é estruturante pelo avesso; ele vem primeiro e depois vêm as palavras. A segunda forma é a interdição do dizer na forma de censura (proibição do dizer) ou dizer para não dizer (a expressão que esconde outros sentidos) (ORLANDI, 1997).

Esse é um aspecto importante para a análise do discurso do jornal *Expositor Cristão* no período da ditadura civil-militar. Na política de silenciamento, existe um

recorte do discurso para que este se sobressaia. “Há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’” (ORLANDI, 1997, p. 54).

O silenciamento vai além do silêncio propriamente, pois tira de cena um discurso desencadeando uma série de desdobramentos ideológicos. Embora o jornal *Expositor Cristão* não tenha experimentado a censura oficializada, formalizada, como ocorreu com outras publicações periódicas no Brasil da ditadura, é importante compreender a forma de silenciamento categorizada como silêncio local. Nesse caso, o silêncio é imposto para reprimir determinados sentidos. Há um jogo ideológico de repressão, porém o não dito permanece com significado e sentido.

Orlandi (1997, p. 81) ressalta que “no autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o ‘lugar’ que lhe é destinado, para produzir os sentidos que lhe são proibidos”. Dessa forma, a censura compromete a identidade discursiva.

O silenciamento local instala o medo e afeta a informação. No período em que se instala a censura, como vivenciado no Brasil durante a ditadura civil-militar, mesmo quando não havia repressão direta, as marcas se faziam presentes:

Eram os dias em que a tortura e a morte ameaçavam qualquer signo que deixasse supor uma discordância com o regime militar. Por medo, já havíamos introjeto a censura, isto é, cada um experimentava na sua própria intimidade os limites do dizer (ORLANDI, 1997, p. 117).

Assim, a análise do não dito promove a possibilidade de descobertas discursivas essenciais para a compreensão da enunciação. Porém, com o silêncio é possível ultrapassar o sentido do não dito “como aquilo que pode dizer mas não é preciso (...) para se atingir o funcionamento da significação em que está em jogo a constituição mesma do processo de significar e o ponto de efeito discursivo de onde falam as outras palavras”, salienta Orlandi (1997, p. 177). Como será visto adiante, o jornal religioso *Expositor Cristão*, órgão oficial da Igreja Metodista, disse muito ao não dizer tantas coisas.

O golpe civil-militar nas páginas do *Expositor Cristão*

O *Expositor Cristão* é o jornal do ramo protestante mais antigo ainda em circulação no Brasil. Foi fundado, em 1886, pelo missionário metodista norte-americano John James Ranson. O periódico é o órgão oficial da Igreja Metodista

e, ao longo dos 129 anos de história, tornou-se o principal meio de informação dos metodistas, narrando fatos relevantes do país e da denominação.

Porém, durante o período da ditadura civil-militar brasileira, o caráter jornalístico-informativo do *Expositor Cristão* pode ser questionado. A edição de 1º de abril de 1964 foi publicada no dia seguinte ao golpe de Estado imposto por militares com o apoio de segmentos civis, que tirou do poder o presidente, vice-presidente eleito em 1962, João Goulart, que ocupava a vaga deixada por Jânio Quadros, que renunciara em 1963, e instalou um governo militar.³ “Como era de esperar, não houve menção ao fato, em grande medida justificada por questões operacionais e de desencontro de informações”, argumenta Vasni de Almeida (2014, p. 6).

Porém, na edição seguinte, lançada em 15 de abril (o jornal tinha periodicidade quinzenal), também não houve posicionamento da liderança nacional da Igreja Metodista em relação ao golpe. Não há ainda menção aos acontecimentos que marcaram a história do país nas duas edições do mês seguinte. A essa altura, o tema recebia notoriedade por todo o país, fazia parte dos noticiários e das mídias, já que a censura ainda não havia sido instaurada.

Sem entrar em detalhes acerca dos fatos que ocorriam, a primeira publicação do *Expositor Cristão* que abordou indiretamente o regime civil-militar, data de 1º de junho de 1964 (página 16), com o seguinte título em letras maiúsculas: “Crise nacional”. O texto, assinado pelo pastor Newton Paulo Beyer, da Igreja Metodista Central de Porto Alegre, declara aos leitores metodistas que o Brasil foi sacudido por uma crise de grandes proporções, mas que a igreja não deve tomar partido diante da situação.

A postura oficial da Igreja Metodista de não se envolver diretamente com as crises ocasionadas a partir do golpe civil-militar foi duramente criticada por grupos da igreja mais progressistas e engajados nas questões sociais, entre eles a juventude, como explica Reily (2003, p. 341): “A juventude universitária e os acadêmicos de teologia pleiteavam uma Igreja mais voltada para a ação social e a política, e exigiam as mudanças estruturais necessárias para tanto”.

Reações como essas da juventude, partilhadas por outras lideranças da denominação, foram interpretadas como subversivas pela cúpula da Igreja Metodista. Essa divergência ideológica repercutiu no *Expositor Cristão*, que foi utilizado como um importante veículo para difundir o discurso anticomunista dominante. Em julho

³ Sobre o golpe civil-militar de 1964, além do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) ver DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981; GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

de 1964, três meses após o golpe, um novo editor assumiu o comando do jornal: o Rev. José Sucasas, que atuou como informante do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), instituição que integrava o aparelho de repressão do regime, a partir de 1969.⁴ Sucasas permaneceu na função até setembro de 1966, e uma visita às páginas do *Expositor Cristão* nesse período torna possível observar como o jornal apoiou abertamente o governo dos militares.

Nos anos seguintes, o jornal teve dois editores – Rev. William Schisler Filho e Rev. Pythagoras Daronch Silva. Ambos tinham uma postura teológica progressista, o que pôde ser constatado em certa medida nas páginas do EC. As matérias publicadas no periódico nessa época indicavam a existência de um movimento de renovação dentro da Igreja Metodista. A troca de redatores mostra o descontentamento do Gabinete Geral da Igreja, responsável por nomear pessoas para a função. O ano de 1968 vai demarcar a profundidade da crise.

Crise na Igreja Metodista, em 1968

As divergências teológicas e ideológicas presentes na Igreja Metodista tornavam-se cada vez mais acirradas. “Inaugurava-se, assim, a passagem do ‘diálogo’ para a ‘oposição’ à juventude, nos mesmos moldes que o regime militar se opunha à juventude universitária brasileira” (SAMPAIO, 1998, p. 56).

O ápice da crise ocorreu com o fechamento da Faculdade de Teologia em São Bernardo do Campo/SP, em 1968. As causas são diversas. Em 1967, as relações já estavam estremecidas, mas ficaram ainda piores quando os formandos convidaram o arcebispo de Olinda/PE Dom Helder Câmara, sacerdote católico, destacado defensor dos direitos humanos no regime militar para ser o paraninfo da turma.

Os conflitos também se acirraram com as denúncias de que o Centro Acadêmico da Faculdade de Teologia estava ligado à União Estadual dos Estudantes (UEE), de São Paulo, vinculada à União Nacional dos Estudantes (UNE), que havia sido colocada na ilegalidade pelo governo militar.

As denúncias foram feitas pelo Gabinete Episcopal da V Região Eclesiástica e pelo plenário do Concílio Regional da II Região Eclesiástica. Os documentos também alegavam quebra de costumes metodistas por parte dos alunos, a preocupação com o tipo de ensino que era ministrado pelos professores, participação dos alunos em atividades estranhas ao currículo da Faculdade e atitudes irreverentes dos seminaristas durante os concílios regionais (SCHMIDT, 2008).

⁴ No Diário do bispo Isaías Sucasas, irmão do Rev. José Sucasas, há mais informações sobre a atuação dos irmãos como informantes do DOPS, cf. SCHMIDT, 2008.

O clima entre os alunos, professores e a diretoria não era estável. Tanto que os estudantes resolveram fazer uma greve contra a centralização de autoridade e acúmulo de funções pela reitoria, inadequação do currículo para o ministério, pressão sobre o corpo docente, contratação de empregados desqualificados e até o descumprimento do cardápio do restaurante (SAMPAIO, 1998).

Os estudantes acreditavam que com a greve seriam ouvidos e suas propostas para a igreja tomariam novas proporções. No entanto, a postura dos alunos foi vista como ultraje e o Conselho Diretor da instituição decidiu suspender as aulas a partir de 8 de maio. As dependências deveriam ser fechadas e os alunos voltariam às suas regiões de origem.

A edição de 15 de maio de 1968 do jornal *Expositor Cristão* publicou uma nota do Conselho Diretor anunciando a decisão do fechamento da Faculdade. Pelo documento, os metodistas foram informados que uma reunião com o Conselho Diretor, bispos e secretários regionais de educação cristã seria realizada para tratar sobre o problema. Os termos da comunicação foram os seguintes:

[...] Em conseqüência, serão fechadas tôdas as dependências da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, a partir do dia oito do corrente, às dezoito horas, devendo os senhores alunos regressarem à suas igrejas de origem. O Conselho Diretor comunicará, tão logo solucione o problema, a data da reabertura das atividades acadêmicas da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil (sic) (*Expositor Cristão*, 15 mai. 1968, p. 4).

Até então, o *Expositor Cristão* não havia abordado os problemas dentro da Faculdade de Teologia, apenas publicado notícias positivas. Para o leitor distante desse contexto, a notícia do fechamento não fazia sentido. A justificativa oficial naquele momento foi: “Considerando o impasse criado pelas posições assumidas pelo Corpo Docente e pela maioria do Corpo Discente da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, em relação à crise que se instalou desde o dia vinte e sete de abril do corrente ano” (*Expositor Cristão*, 15 mai. 1968, p. 4). O documento fez referência à greve que, na verdade, iniciou no dia 26 de abril, mas não entrou em detalhes.

O *Expositor Cristão* passa a explorar as notícias das igrejas locais e reflexões bíblicas. Na edição de 15 de maio de 1968, uma página inteira (p. 11) foi dedicada para falar da posição correta do púlpito, mesa e batistério nos templos. Chama a atenção a desproporção e ênfase nos temas relacionados à crise. Na página 10, uma nota de dois parágrafos no rodapé abordou rapidamente a violência contra a juventude no Brasil e no mundo. “É algo sério e digno de reflexão profunda

para os cristãos os acontecimentos que envolvem a juventude no mundo inteiro. [...] forma palco de manifestações públicas dos jovens onde os choques com as forças de repressão foram violentos” (*Expositor Cristão*, 15 mai. 1968, p. 10).

Nesse ínterim, o clima nas ruas também ficava cada vez mais tenso. Diversos fatos violentos ocorreram, como a invasão pela polícia na assembleia de alunos da UFRJ, que feriu e prendeu jovens, além da Marcha dos 100 mil com a participação de religiosos, artistas, estudantes e a população.

Nas duas edições do mês de junho, não houve menção aos problemas na Faculdade de Teologia, nem do caos vivenciado nas ruas brasileiras. Mesmo diante de conturbadas ações nos bastidores, a postura foi de total silenciamento no jornal oficial. Mesmo com o silenciamento, o *Expositor Cristão* recebia críticas de quem era partidário de um silêncio ainda maior.

Na edição de 1º. de março, o jornal publicou um artigo do pastor da Igreja Metodista em São Bernardo do Campo/SP e vereador da cidade, Lenildo Magdalena, criticando o uso dos veículos de comunicação oficiais como instrumentos de polêmicas. Ele se refere também à revista editada pela juventude da igreja, *Cruz de Malta*, que na época fazia sérias críticas ao conservadorismo metodista. Embora defendesse a livre opinião dos leitores, Magdalena não aceitava que redatores fomentassem o confronto à doutrina da igreja. “Matéria redacional é matéria oficial quer queiram, quer não. E ela só pode estar de acôrdo com as diretrizes da Igreja. E ninguém ignora que, de quando em quando, essa matéria é conflitiva e gera, por isso mesmo, grandes confusões” (MAGDALENA, 1968, p. 8).

Constata-se que o *Expositor Cristão* levou a sério a orientação de não fomentar polêmicas. Não apresentou os detalhes dos fatos e se limitou a noticiar apenas os pronunciamentos oficiais. A cobertura se tornou confusa, na medida em que o jornal não conseguiu acompanhar a velocidade dos acontecimentos em função da sua periodicidade. No jornal de 1º. de julho de 1968, por exemplo, há duas notas oficiais. A primeira comunica o fechamento definitivo da Faculdade de Teologia até o final do ano e a outra anuncia a reabertura das aulas no dia 6 de julho. A primeira nota foi publicada na página 8. O texto assinado pelo bispo Presidente da Igreja Metodista, João Amaral e o Secretário Geral, Rev. João Nelson Betts, explica que após as denúncias recebidas, uma sindicância foi realizada para apurar os fatos. O resultado da reunião que ocorreu nos dias 18 a 22 de junho foi narrado da seguinte maneira:

As conclusões a que chegou, de uma situação na referida instituição de ensino teológico, embora superada a crise transitória provocada por uma greve

injustificada, impunham uma solução de maior profundidade em face da gravidade dos fatos que de forma alguma coadunam com as finalidades de uma instituição de preparo de futuros ministros pastores de uma Igreja como a Igreja Metodista do Brasil.

A pausa forçosamente se impõe para estudos, já em andamento, e reestruturação. Por isso, tendo de cumprir uma de suas mais dolorosas decisões, resolveu *suspender tôdas as atividades da Faculdade de Teologia* até o fim deste ano letivo, assumindo canonicamente as funções de Conselho Diretor e nomeando um Administrador substituto do Reitor, que será responsável pela custódia e conservação do patrimônio e supervisão de empregados (sic) (AMARAL; BETTS, 1968, p. 8, grifos dos autores).

De forma confusa, na página 11 da edição de 1º. de julho de 1968, o *Expositor Cristão* publicou também uma decisão anterior, assinada pelo presidente do Conselho Diretor, José Nicolau Lemos, anunciando a reabertura das aulas a partir do dia 6 de junho:

1ª. Que as aulas e outras atividades da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil, suspensas pela Mesa Executiva do referido Conselho, sejam reabertas no dia 6 de junho de mil novecentos e sessenta e oito, atendendo a que os alunos que regressaram às suas igrejas de origem possam, em tempo útil, estar presentes a essas atividades;

2ª. Considerar rebeldes os alunos que, não atendendo à determinação da Mesa Executiva de voltarem às suas igrejas de origem, permanecem nas dependências da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista do Brasil; e desnecessária e extemporânea a greve deflagrada. Determina, ainda, o retorno dos referidos alunos às suas atividades acadêmicas na data aprezada pelo Conselho Diretor (*Expositor Cristão*, 1º. jul. 1968, p. 11).

Fora essas comunicações oficiais, o *Expositor Cristão* não aborda detalhes da crise na Faculdade de Teologia e os problemas que envolviam a juventude. As matérias do jornal nesse período reforçam o conservadorismo, o avanço da igreja e a necessidade de reforma do ensino teológico. Nitidamente, o periódico da Igreja Metodista estava sob a política do silenciamento.

Mais detalhes da crise foram publicados apenas na primeira edição do mês de julho. O jornal divulgou uma nota do Gabinete Geral da Igreja Metodista justificando o fechamento da “Casa de Profetas”. Além das denúncias recebidas, uma carta foi enviada ao Gabinete Geral denunciando um grupo de alunos que teriam sido vistos fumando no dormitório. O Reitor Otto G. Otto foi chamado

para prestar depoimentos e “declarou ignorar totalmente que tais fatos estariam ocorrendo” (PINHEIRO; BETTS, 1968, p. 8).

A nota oficial conta que, após a greve iniciada no dia 26 de abril, os alunos enviaram um documento contendo reivindicações sobre a administração da Faculdade e exigiram uma resposta no mesmo dia. A liderança afirmou que não daria resposta enquanto a greve não terminasse. Os estudantes não acataram e permaneceram com a paralisação. Após reunião do Conselho Diretor nos dias 4 e 5 de maio, decidiram pelo fechamento da Faculdade e a desocupação do prédio. “Alguns poucos alunos acatam a resolução do Conselho Diretor e retornam às suas regiões, mas a grande parte permanece no internato, tomando as refeições no quintal do dormitório das moças” (PINHEIRO; BETTS, 1968, p. 8).

O texto continua afirmando que os alunos que permaneceram foram considerados rebeldes pelo Conselho Diretor, que instaurou uma sindicância para apurar as denúncias. Nesse momento, foi agendada a reabertura para o dia 6 de junho. Porém, o resultado da sindicância alterou a decisão: “A Comissão de Sindicância verifica a procedência de muitas das referências feitas relativas *ao uso de bebidas alcoólicas, de fumo, dança, e irreverência para com doutrinas e práticas cristãs*” (PINHEIRO; BETTS, 1968, p. 8, grifos dos autores).

O Gabinete Geral permaneceu reunido durante dois dias considerando todos os fatos acima mencionados, [...] chegou à conclusão que as medidas adotadas, apesar dos bons propósitos nelas contidos, não atendiam a urgência da situação docente, administrativa e disciplinar, e, colocando-se sob o julgamento de Deus em um concerto de oração, resolveu suspender as atividades da Faculdade de Teologia até o final do ano letivo, decidindo nomear comissão para proceder os necessários estudos referentes à reestruturação administrativa e curricular de nossa Casa de Profetas.

Esperamos que nossa resolução seja recebida pela Igreja no mesmo espírito em que foi tomada no espírito de oração e submissão à soberana vontade de Deus, Senhor da Igreja e de nossas vidas (PINHEIRO; BETTS, 1968, p. 8).

Diante da crise, o Gabinete Geral toma a iniciativa de realizar um Concílio Geral Extraordinário para tratar sobre o assunto. A comunicação do conclave também foi divulgada no *Expositor Cristão* de 1º de julho, na página 8.

O Concílio, que aconteceu em Piracicaba (SP), reuniu uma Igreja apenas parcialmente informada dos eventos ocorridos na Faculdade de Teologia. As matérias relativas a Rudge Ramos no *Expositor Cristão*, principal órgão in-

formativo da Igreja, *passavam pela censura prévia* dos bispos desde julho daquele ano (SCHMIDT, 2008, p. 97, grifos dos autores).

Após a decisão pelo fechamento definitivo da Faculdade de Teologia, foi suspensa toda a estrutura administrativa, professores e funcionários foram demitidos e os seminaristas, estudantes originários de todo o Brasil, retornaram às suas casas. Com justificativas relacionadas à moralidade evangélica, a liderança da igreja silenciou a dimensão político-teológica da juventude metodista.

Mesmo diante de uma grande repercussão na Igreja, o *Expositor Cristão* não abordou mais o assunto do fechamento da Faculdade de Teologia nas cinco edições seguintes. Nessas edições há matérias sobre a eclesiologia da igreja, ecumenismo, notícias das comunidades locais e reflexões pastorais. Alguns textos apontavam a necessidade de ouvir a juventude. “A Igreja não pode passar indiferente diante da juventude”, afirma o editor Pythagoras no editorial, em 15 de agosto de 1968.

Na edição de 1º. de outubro, foi publicado um estudo das Sociedades Metodistas de Jovens e Juvenis da 2ª Região Eclesiástica sobre Educação Ministerial. O texto defende uma mudança teológica para gerar na igreja uma postura engajada aos problemas da sociedade, não só dos clérigos (pastores), mas também dos leigos (membros).

A IGREJA METODISTA DO BRASIL, por influência de missionários de gerações anteriores – aos quais reconhecemos o esforço que fizeram quando por amor ao evangelho, deixaram muito de sua própria vida – procurou ser em nossa terra um testemunho através de uma série de proibições. Êste moralismo legalista e negativo nos apresenta ao mundo não como aqueles que querem trazer um Evangelho vivificante, mas como proibicionistas. Isto tem trazido sérios embaraços, porque nossos amigos vêem a Igreja como a “Igreja do não pode”. Precisamos testemunhar o Cristo ressurreto através de uma participação construtiva no mundo em que vivemos e, não, através de um negativismo destruidor [sic] (SS.MM.JJ, 1968, p. 3).

O texto foi rebatido na edição de 15 de fevereiro de 1969 pela missionária norte-americana Eula Kennedy Long. Ela afirma ter recebido o jornal *Expositor Cristão* nos Estados Unidos e, lendo o texto já mencionado, ficou “pasmada, sentida e indignada”: “Moralismos legalistas? Proibições? O próprio Deus não hesitou em revelar-se ao homem por meio de proibições, desde o Jardim do Éden até a Moisés, quando lhe entregou os dez mandamentos negativos. Mandamentos que Jesus Cristo disse que não veio abolir mas cumprir” (LONG, 1969, p. 1-2).

O *Expositor Cristão* trouxe na edição de 15 de outubro de 1968, uma matéria sobre o II Concílio Geral Extraordinário que ocorreu em Piracicaba entre os dias 6 e 8 de setembro. O texto conta que houve grande participação da juventude que buscava a atenção da igreja para mudanças concretas. No entanto, o resultado foi frustrante. Sobre o problema na Faculdade de Teologia, o conclave não avançou como o esperado.

O documento sobre Educação Ministerial foi aprovado. Fêz-se a reestruturação da Faculdade de Teologia e elegeu-se, de acordo com essa reestruturação, o seu novo Conselho Diretor que, logo que o Gabinete Geral encontrar solução para os atuais problemas de nossa Casa de Profetas, será convocado, compor-se-á, elegerá o novo reitor, e juntamente com este, dará rumos novos ao trabalho educacional, consoante prescrevem os novos estatutos (ANDRADE, 1968, p. 4).

Na mesma página do jornal, foi publicado um pronunciamento da juventude sobre o II Concílio Geral Extraordinário, em tom de decepção. O documento lamenta que o clamor dos jovens por mudança não tenha sido atendido e entristece pelo fracasso da reconciliação. “Uma análise, mesmo que superficial da Igreja Metodista do Brasil, nos entristece, e a qualquer fiel com lucidez” (PADILHA; MENEGHETTI; FIGUEIREDO; FRÓES; ALVES; 1968, p. 4).

Na mesma edição (15 de outubro 1968), o *Expositor Cristão* também publicou as impressões de Prócoro Velasques sobre o Concílio Extraordinário. Prócoro era pastor, professor na Faculdade de Teologia e foi ácido ao afirmar que a perseguição aos jovens se deu em função do moralismo da liderança. Acusou os opositores de comodismo ao se negarem a mudar de postura teológica. Em tom irônico escreveu:

Os “moralistas” escandalizaram-se. Alguns alunos dansavam [sic], outros bebiam, outros fumavam. *Quanto “escândalo e pecado mortal” sendo praticado por futuros pastores.* A “velha e querida” tradição, que remontava aos tempos de Wesley, estava sendo posta em cheque [sic]. É-se incapaz de pensar que alguém (até mesmo um pastor) possa tomar um copo de vinho às refeições, sem por isso deixar de ser cristão. O “cristianismo moralista” significa não fazer determinadas coisas, é negativista, é exterior, tal qual a religiosidade dos fariseus! (VELASQUES, 15 out. 1968, p. 6, grifos dos autores).

As duras palavras publicadas no *Expositor Cristão* podem ter resultado em mudanças no jornal. Na edição de 15 de novembro, na primeira página, foi apresentado um novo editor – o Rev. Omir Andrade, conservador e favorável

ao regime dos militares. Teria sido Pythagoras destituído do cargo de editor em função das colocações no jornal? A questão é que a alteração foi feita em reunião do Gabinete Geral no dia 24 de outubro, logo após a edição já citada.

A partir de então, o *Expositor Cristão* passa expor conteúdos de veemente defesa do conservadorismo, autoritarismo e a publicar mensagens de apoio ao governo militar. Na edição de 1º. de dezembro, já no comando de Omir Andrade, publicou um artigo do Rev. José Gonçalves Salvador, também professor da Faculdade de Teologia, com o título: Uma análise serena da crise pela qual passou a Faculdade de Teologia.

O texto contou os detalhes da crise que teria começado bem antes de 1968. Ao enumerar algumas razões, José Salvador citou a baixa qualidade intelectual dos alunos. Um dos problemas estaria nas “igrejas locais e as juntas regionais de educação cristã, que têm recomendado moços para a Faculdade sem os devidos requisitos. Temos recebido aqui alguns sem capacidade intelectual, outros *sem vocação* para o ministério e até *doentes mentais*” (SALVADOR, 1º. dez. 1968, p. 10, grifos dos autores).

Ao relatar o comportamento dos estudantes, o autor do texto afirmou:

Espalhara-se veneno demais! Porém, algo de real havia. Devo esclarecer que o mais impressionante não é o ato de fumar, ele beber, de dançar, ou de admitir o amor livre, e sim a filosofia de vida, ou melhor, a psêudo ética cristã, advogada por alguns, e que se resume na expressão: tudo me é lícito, desde que a consciência não me condene, ou que não prejudique a outro (SALVADOR, 1º. dez. 1968, p. 10).

Na última edição de 1968, o *Expositor Cristão* anuncia na capa o novo reitor da Faculdade de Teologia: o missionário alemão Rev. Reinhard Brose, eleito pelo Conselho Diretor. Também divulgou o concurso de habilitação de alunos para 1969. Além das recomendações necessárias da igreja local e da Região Eclesiástica, o candidato teria também que passar em uma prova, entrevista e apresentar uma série de documentos, entre eles, um atestado de sanidade física e mental.

O temor que as influências comunistas “contaminassem” os futuros pastores não foi exclusividade da Igreja Metodista. Leonildo Campos (2004, p. 334) conta que o mesmo ocorreu no meio presbiteriano, luterano e de outros grupos protestantes no Brasil. “A repressão aos movimentos jovens organizados das igrejas em federações e confederações de mocidade, se completou com o fechamento e expulsão de alunos dos seminários teológicos nos anos seguintes: Campinas e

Seminário Centenário, da Igreja Presbiteriana, em 1967; Metodista e Presbiteriano Independente, em 1968”.

No livro *Inquisição sem Fogueiras*, João Dias de Araújo conta como ocorreu a repressão nos seminários da Igreja Presbiteriana. “Estes seminários, considerados como ‘meninas dos olhos’ da Igreja, lacrimejaram com as fumaças da inquisição. Sempre houve crises nos seminários, mas neste período a crise destruiu praticamente a educação teológica da Igreja” (ARAÚJO, 1982, p. 69). No Seminário Presbiteriano de Campinas-SP, foram expulsos cinco professores e 39 estudantes. Mesmo com tentativas de diálogo, o poder que propagava as ideias hegemônicas da salvação prioritária da alma e o combate aos ideais comunistas predominou.

O caso como parte de um contexto

O ano de 1968 marcou a história do Brasil e também da Igreja Metodista. Entretanto, o autoritarismo da liderança tornou-se ainda mais grave nos anos seguintes (ALMEIDA, 2014). Assim como ocorreu na sociedade brasileira, as utopias de uma parcela de metodistas foram interrompidas pela força. Alguns dos jovens que assinaram o documento já mencionado foram presos e torturados. Muitas atrocidades cometidas na época foram apuradas pelo Grupo de Trabalho “O Papel das Igrejas durante a Ditadura” no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014).⁵

O capítulo intitulado *Violações de direitos humanos nas igrejas cristãs* apresenta diversas informações e relatos detalhados de violência do Estado contra católicos e protestantes durante o regime. Uma visita às páginas do jornal o *Expositor Cristão* mostra incompatibilidade do veículo com as informações do Relatório Final. O jornal se calou em relação aos casos de violência perpetrados pelo Estado contra os seus membros. O documento revela que pelo menos 18 pessoas, membros da Igreja Metodista em diferentes cidades do Brasil foram vítimas diretas da repressão no período da ditadura civil-militar. Entre os presos e torturados sobreviventes há 10 metodistas. Na lista de mortos ou desaparecidos são três: os irmãos Daniel José de Carvalho, 28 anos de idade e Joel José de Carvalho, 26 anos, e Heleny Telles Ferreira Guariba, 30 anos, desaparecidos, e Devanir José de Carvalho, morto aos 28 anos de idade. Quatro metodistas foram exilados: Ana Maria Ramos Estevão (1973, França), Anivaldo Pereira Padilha (1971, Chile, EUA e Suíça), Claudius

⁵ Instalada em maio de 2012, a CNV foi criada para apurar, esclarecer, indicar as circunstâncias e a autoria, as graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988 (o período entre as duas últimas constituições democráticas brasileiras) com o objetivo de efetivar o direito à memória e a verdade histórica e promover a reconciliação nacional.

Ceccon (1970, Suíça) e Domingos Alves de Lima (1970, Chile e Canadá). Um missionário foi preso, torturado e expulso do país: Fred Morris (1974). Nenhum desses casos foi relatado ou sequer mencionado no *Expositor Cristão*.

Um caso emblemático aconteceu com Anivaldo Pereira Padilha e os irmãos Celso e Fernando Cardoso da Silva, metodistas membros da Igreja Central em São Paulo, que atuavam no departamento de juventude da igreja e no movimento ecumênico nos anos 1960 e 70. Anivaldo e outros irmãos foram presos e torturados pela Operação Bandeirantes (OBAN), parte do aparelho de repressão, segundo o relatório, como resultado de delação por parte dos irmãos Rev. José Sucasas (redator do *Expositor Cristão* de 1964 a 1966) e bispo metodista Isaías Sucasas (1969).

Considerações finais

A década de 1960 foi marcada por transformações sociais, políticas e culturais no Brasil e no mundo. Destaque para os movimentos da juventude com novos ideais, levando ao auge o que ficou conhecido como contracultura. Uma série de transformações aconteciam no Brasil e no mundo em consequência do binarismo conservador-progressista.

Na Igreja Metodista, 1968 foi o ano do ápice de uma crise sem precedentes. As tensões culminaram no fechamento da Faculdade de Teologia e retirou do ministério pastoral cerca de 70 jovens estudantes da instituição, escancarando as divergências políticas, teológicas e ideológicas presentes na denominação.

Em meio aos acontecimentos de tamanha proporção, o jornal *Expositor Cristão* não apresenta com clareza os fatos do período. Entretanto os não ditos revelam sentidos discursivos que vão além da linguagem ou propriamente do silêncio. Com base no que foi publicado no jornal, e, no que não foi, pode-se analisar o posicionamento editorial do periódico e da liderança nacional da denominação ao longo do regime.

Tal análise exige uma compreensão do contexto histórico e teológico em que a igreja estava inserida, pois aponta para uma herança pietista focada em uma religiosidade voltada para a dimensão transcendental. Ou seja, havia um estímulo ao descompromisso com as questões terrenas – causas políticas, sociais e econômicas, pois a missão consistia em alcançar o céu e a salvação pós-morte.

Esse pensamento teológico aliado ao esforço anticomunista e à máxima religiosa da submissão à autoridade instituída corroborou para que igrejas católicas e protestantes atuassem de forma conivente com a violência, prisões, torturas,

mortes, desaparecimentos e exílios, violando os direitos humanos daqueles que se posicionassem contrariamente ao regime (CNV, 2014).

A configuração desse contexto cria um pano de fundo importante para a compreensão dos ditos e não ditos do jornal *Expositor Cristão* durante a ditadura militar. O silêncio não demonstra, portanto, um desconhecimento dos fatos, mas consiste em uma opção de não dizer determinadas informações.

O caso do *Expositor Cristão* chama a atenção, após as revelações da Comissão Nacional da Verdade. Além das prisões, torturas e violência extrema contra metodistas, o relatório revela a conivência de líderes metodistas com o regime. O pastor metodista José Sucasas Jr., que foi redator do *Expositor Cristão* na década de 1960, e o bispo metodista Isaías Sucasas, acusaram e delataram jovens da igreja aos militares.

A relação da cúpula da Igreja Metodista, que controlava a linha editorial do jornal, com o governo militar traz luz ao silenciamento nas páginas do periódico. O não dito relaciona-se ao discurso que encontra sentido no movimento na memória e se revela além da linguagem.

Referências

- ALMEIDA, Vasni de. **Metodistas e Ditadura Militar no Brasil: Silêncios, Contestação, Ensino**. In: Mnemosine – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Campina Grande: PPGH, 2014. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/Revistas/Vol%205%20Num%20Especial%20-%202014.pdf> Acesso em: 26 ago. 2015.
- AMARAL, João; BETTS, João Nelson. Igreja Metodista do Brasil – Gabinete Geral – Nota Oficial. *Expositor Cristão*, São Paulo, p. 8, 1º. jul. 1968.
- ANDRADE, Omir. II Concílio Geral Extraordinário. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 4. 15 out. 1968.
- CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **REVISTA USP**, São Paulo, n. 61, p. 146-163, 2004.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014. Vols. I, II e III.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.
- JORNAL EXPOSITOR CRISTÃO. São Bernardo do Campo: Faculdade de Teologia.
- LONG, Eula. Dedicção a Cristo – ou moralismo negativista? **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 1, 15 fev. 1969.
- MAGDALENA, Lenildo. **Se a trombeta der som incerto**. *Expositor Cristão*, São Paulo, p. 8, 1º. jun. 1968.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Mídia e poder simbólico:** um ensaio sobre comunicação e campo religioso. São Paulo: Paulus, 2003.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução por Yara Aun Houry. In: *Les lieux de la mémoire*. V. I: La republique. Paris-França, Gallimardi, 1984, p. XVII-XLII.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos, 6. ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1997.

PADILHA; MENEGHETTI; FIGUEIREDO; FRÓES; ALVES. À Igreja Metodista do Brasil. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 4, 15 out. 1968.

PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso.** In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. Ed. Campinas-SP: Editora Unicamp, 1997.

PINHEIROS; BETTS. Gabinete Geral da Igreja Metodista no Brasil. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 8, 15 jan. 1968.

PINHEIRO, José; BETTS, João Nelson. Gabinete Geral da Igreja Metodista do Brasil. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 8, 1º. jul. 1968.

POLLAK, M. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.

REILY, Duncan Alexander. **História documental do protestantismo no Brasil.** São Paulo: Aste, 1993.

SALVADOR, José Gonçalves. Uma análise serena da crise porque passou a Faculdade de Teologia. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 9, 1º. dez. 1968.

SAMPAIO, Jorge Hamilton. **Sobre sonhos e pesadelos da juventude Metodista brasileira nos anos sessenta**, 256s. Tese (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 1998.

SCHMIDT, Augusto Schimidt. **Herdeiros de uma tradição:** uma investigação dos fundamentos teológicos-ideológicos do conservadorismo Metodista na crise da década de sessenta, 216s. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

SS.MM.JJ. Educação Ministerial. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 3, 1º. out. 1968.

VELASQUES, Prócoro. II Concílio Geral Extraordinário – minhas impressões. **Expositor Cristão**, São Paulo, p. 6, 15 out. 1968.

Submetido em: 25-5-2017

Aceito em: 16-4-2018